

Receita prevê arrecadação de Cr\$ 138 tri

Belém — A Receita Tributária da União, definida no orçamento em pouco mais de 80 trilhões de cruzeiros, poderá chegar a 138 trilhões, segundo as novas estimativas que estão sendo feitas pela Receita Federal. Nesse total estão incluídos 15 trilhões de cruzeiros a mais, que serão arrecadados em consequência das últimas medidas adotadas pelo governo, e dois trilhões de melhoria na arrecadação.

Nos primeiros cinco meses do ano o crescimento real da receita (descontada a inflação) foi de 8 por cento, mas a consolidação do primeiro semestre só estará concluída na próxima semana. O secretário da Receita Federal, Luiz Romero Accioly Patury, considerou esses resultados expressivos. Logo depois de dar posse, ontem, em Belém, ao novo superintendente da Receita Federal na Amazônia, Edgar Diaz, ele explicou que a antecipação dos recolhimentos de tributos pelas empresas, que permitiu aumentar em 10 por cento a receita da União, foi adotada em consequência das dificuldades de caixa do Tesouro, mas também como uma maneira de evitar nova compressão tributária.

Argumentou que, embora os prazos para pagamento de mercadorias tenham encurtado "mais ninguém vende para receber em 90 dias, ou 120 dias", os prazos para o recolhimento dos impostos indiretos (que são embutidos nos preços dos produtos, e repassados aos consumidores) continuaram os mesmos, o que agora o governo modificou.

Os empresários já haviam

faturado o imposto, mas não o recolhiam. Apenas procedemos à atualização", disse Patury, ressaltando que entende a reação dos empresários à medida, mas alega que ela é necessária para dar ganhos tributários, sem a necessidade de aumentar a carga de imposto. "Esta carga só foi aumentada em relação ao setor financeiro, onde houve realmente uma elevação das alíquotas". Mesmo assim, ele considera que as providências na área financeira tiveram pleno sucesso: "Os juros baixaram e a demanda se manteve inalterada", disse ele. Entre as medidas de maior repercussão, o secretário apontou a redução no prazo de recolhimento do IPI (que resultará em mais 4,5 trilhões de receita) e a elevação do imposto sobre o rendimento dos títulos prefixados (mais 3 trilhões para a União).

O secretário reconheceu também a necessidade de reformulação na estrutura tributária, não apenas transferindo recursos para estados e municípios, mas ao mesmo tempo passando-lhes encargos atualmente desempenhados pela União. Mas disse que a reforma tributária será realizada como parte da reforma constitucional. Por isso, as contribuições de um grupo de estudo, coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, serão incluídas — após passarem pela consulta dos representantes dos estados e municípios — no projeto da nova Constituição que o governo encaminhará ao Congresso Nacional. O que for adotado relaciona-se apenas com questões de curto prazo.